



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGAM

Ata da reunião extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2014

1 Em vinte e três de dezembro de dois mil e quatorze reuniu-se o Conselho de  
2 Administração do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam, para a Reunião  
3 Extraordinária ocorrida na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, sala sete,  
4 no segundo andar do Edifício Minas, em Belo Horizonte. Participaram os seguintes  
5 Conselheiros titulares e suplentes: o Presidente do Conselho de Administração, Secretário  
6 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Alceu José Torres  
7 Marques; Diretora-Geral do Igam Marília Carvalho de Melo; representante da Secretaria  
8 de Estado de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Augusto Duarte Faria;  
9 Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças da SEMAD, Fernanda Royeda  
10 Lacerda; Diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacia, Breno Esteves  
11 Lasmar; representante da Diretoria de Pesquisa, Monitoramento e Desenvolvimento das  
12 Águas, Jeane Dantas de Carvalho; Isabella Maria Ribeiro Lamounier, representante da  
13 Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação da SEMAD; Antônio Eustáquio  
14 Vieira, Movimento Verde Paracatu – MOVER - representante das Entidades Cívicas  
15 Ambientais; Carlos Alberto Santos Oliveira - Federação da Agricultura e Pecuária do  
16 Estado de Minas Gerais - SISTEMA FAEMG - representante dos Usuários de Recursos  
17 Hídricos; Sônia de Souza Lima - representante dos Servidores do Instituto Mineiro de  
18 Gestão das Águas – IGAM; Célia Regina Alves Rennó - Associação Brasileira de  
19 Engenharia Sanitária – ABES/MG - representante das Entidades Técnico-Científicas;  
20 Octávio Elísio Alves de Brito - Presidente da Fundação Centro Internacional de  
21 Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – HIDROEX - membro Indicado  
22 pelo Governador do Estado de Minas Gerais e Patricia Helena Gambogi Boson -  
23 Secretária Executiva do Conselho de Empresários para o Meio Ambiente da FIEMG -  
24 membro Indicado pelo Governador do Estado de Minas Gerais. Na qualidade de  
25 convidados, participaram as seguintes pessoas: Maria Auxiliadora Nemésio Cotta, Chefe  
26 de Gabinete do Igam; Renata Maria de Araújo, Procuradora-Chefe do Igam; William  
27 Carvalho Oliveira, Auditor Seccional do Igam; Maria de Lourdes Amaral Nascimento,  
28 Chefe da Coordenadoria da Sefhidro; Natália Freitas Hermely, Diretora de Contabilidade,  
29 Finanças e Arrecadação da SEMAD; Tobias T. P. Vieira; Milena R. Ruas; Ana Cristina da  
30 Silveira; Regina Greco; Marcelo Augusto Oliveira de Miranda e Célia Maria Brandão  
31 Froes. Assuntos em pauta. 1) ABERTURA. O Secretário Alceu agradeceu a presença dos  
32 Conselheiros e esclareceu que na reunião ocorrida em oito de outubro não houve quorum  
33 de instalação, motivo pelo qual as deliberações tomadas naquela oportunidade não  
34 tiveram validade. 2) POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS. Considerando a edição  
35 do Decreto Estadual número quarenta e sei mil, seiscentos e trinta e seis, de vinte e oito de

36 outubro de dois mil e quatorze, que dispôs sobre a nova estrutura orgânica do Igam, houve  
37 necessidade de realizar o processo de recomposição deste Conselho. Assim sendo, o  
38 Presidente do Conselho deu posse aos membros natos e aos designados que procederam à  
39 assinatura do Termo de Posse. **3) COMUNICAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** Não  
40 houve comunicados. **4) EXAME DA ATA DA REUNIÃO DE 18/12/2013.** Ata aprovada  
41 com abstenção de Célia Rennó. **5) RETORNO SOBRE RELATÓRIO DE**  
42 **AUDITORIA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013.** Wylliam menciona que  
43 foram apontados alguns questionamentos pelo Conselheiro Carlos Alberto na reunião de  
44 outubro passado. Fernanda esclarece que em relação aos convênios alguns permanecem  
45 com saldo em aberto em decorrência de tomada de contas especial. Wylliam afirma que a  
46 auditoria considera que a prestação de contas do IGAM está aprovada uma vez que as  
47 ressalvas foram atendidas. **6) APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DAS CONTAS DO**  
48 **EXERCÍCIO FINANCEIRO DO IGAM EM 2013.** **7) APRESENTAÇÃO E**  
49 **APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO IGAM:**  
50 **JANEIRO/2014 À 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO/2014.** Natália iniciou a  
51 apresentação demonstrando que a maior fonte arrecadadora do SISEMA é referente aos  
52 recursos hídricos (fonte 61): em 2013 e 2014 foi arrecadado o montante de 29 milhões.  
53 Patrícia Boson solicita que conste em ata que a classificação “receita de outorga de direito  
54 de uso de recursos hídricos” está errada, já que se refere na verdade à cobrança pelo uso  
55 de recursos hídricos. Ademais, aponta que também há erro na classificação “serviços para  
56 a concessão de outorga”. Marília esclarece que para 2015 a LOA já está com a primeira  
57 alteração - classificação cobrança - providenciada. Fernanda menciona que independente  
58 do nome que se dá à classificação da receita a fonte é destacada das demais receitas.  
59 Patrícia Boson afirma que ainda assim a manutenção da classificação como está acarreta  
60 uma falsa impressão para a sociedade é de que o orçamento do IGAM é de 48 milhões.  
61 Patrícia Boson diz que na ANA o valor referente à cobrança também passa pelo  
62 orçamento da Agência, mas não é apresentado como orçamento próprio da ANA. As  
63 afirmações da Conselheira Patrícia Boson são acatadas como recomendação do CA IGAM  
64 para adequações da apresentação do SISEMA e na LOA. Marília aponta que a “multa por  
65 infração à legislação” está relacionada à força tarefa realizada pelo IGAM para extinguir o  
66 passivo de autos de infração que ainda remanesciam sem análise na autarquia. Nesse  
67 sentido, o montante equivalente a sessenta e nove mil reais decorre da produção da equipe  
68 para promover a inscrição em dívida ativa dos valores pendentes de pagamento pelos  
69 autuados. Em razão de novo questionamento da conselheira Patrícia sobre o orçamento do  
70 IGAM, Breno aponta que se retirado o valor arrecadado a título de cobrança, que não é  
71 propriamente recurso da autarquia, o orçamento do IGAM é bem reduzido. Natália  
72 continua a apresentação demonstrando as despesas realizadas por projeto/atividade,  
73 destacando que os recursos previstos em 2013 para o código 1236 foram remanejados  
74 para a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Patrícia Boson questiona a razão pela qual  
75 ainda não há especificação dos valores repassados em 2014 da cobrança. Fernanda  
76 esclarece que os recursos do final do ano serão todos deliberados pela JPOF e até a

77 presente data não houve deliberação sobre o assunto. Patrícia questiona ao Secretário  
78 Alceu se não seria possível regulamentar o tema em decreto específico para solucionar a  
79 questão da cobrança pelo uso de recursos hídricos em relação ao orçamento do Estado.  
80 Teme a transição de governos e os entendimentos técnicos sobre o assunto no ano  
81 vindouro. Célia Rennó faz apontamentos ao encontro da argumentação da conselheira  
82 Patrícia Boson. Sugere que no processo de demonstração orçamentária financeira  
83 deveriam ser inseridos expressamente os valores aplicados com a cobrança pelo uso de  
84 recursos hídricos. Fernanda acrescenta que em razão dos recursos da cobrança serem  
85 contabilizados como receita própria do IGAM, o IGAM deve pagar a título de PASEP um  
86 por cento sobre o total arrecadado. Sônia informa que durante a gestão da Dra. Marília  
87 houve uma regularização dos repasses da cobrança pelo uso de recursos hídricos, que até  
88 2013 sofriam um sensível atraso. Será apresentada uma recomendação do CA para o novo  
89 Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a fim de tentar  
90 solucionar o impasse sobre os atrasos no repasse da cobrança. Colocada a matéria em  
91 votação foram aprovadas as contas de 2013 e de 2014 até 15/12/2015, conforme  
92 apresentado pela área financeira. **8) APRESENTAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS**  
93 **ATIVIDADES EM 2014 – ACORDO DE RESULTADOS E PROJETO**  
94 **ESTRATÉGICO.** Maria Auxiliadora inicia a apresentação destacando a diferença entre o  
95 Acordo de Resultados e o Projeto Estratégico. Esclarece, ainda, que o Acordo de  
96 Resultados em dividido em duas etapas: a primeira uma pactuação direta do Governador  
97 com os Órgãos e Entidades; e a segunda, uma pactuação entre os órgãos e entidades e suas  
98 equipes de trabalho. Em relação ao Acordo de Resultados, há metas específicas para cada  
99 equipe: Gabinete, Procuradoria e Diretorias do Igam. Apresentou as metas comuns da  
100 DPMA e DGAC: indicadores e produtos. Em relação aos indicadores, estudos para a  
101 identificação de municípios com condição crítica de qualidade de água na Bacia do Rio  
102 Piracicaba (UPGRH DO2). Foram pactuados 36 boletins informativos de qualidade das  
103 águas e responsabilidades por UPGRH emitidos, os quais contemplam a avaliação dos  
104 quatro trimestres do ano de 2014. A Conselheira Patrícia Boson elogia a iniciativa e  
105 sugere que sejam elaborados boletins que diagnostiquem a atuação dos Comitês. O  
106 destaque da apresentação foi para o indicador “número de UPGRH’S estruturadas no  
107 Estado de Minas Gerais”, a Chefe de Gabinete informou que não será cumprida em  
108 relação à Bacia Hidrográfica do Rio Pará, já que houve a sinalização do Conselho de  
109 Administração da AGB PEIXE VIVO no sentido de não assinar novos contratos de gestão  
110 até que todas as análises das prestações de contas dos contratos de gestão relativos à  
111 Bacia do Rio das Velhas estejam concluídas. Quanto ao indicador destacado pela Chefe  
112 de Gabinete, Marília esclarece que há uma força tarefa na SUPOF para concluir as  
113 análises das prestações de contas. Não obstante o empenho das equipes, não será possível  
114 concluir todas as análises ainda em 2014. Produtos DGAC: Diagnóstico Conjuntura 2014  
115 e Desenvolvimento de Estudos de indicadores para mensurar a implementação dos Planos  
116 Diretores de Bacias Hidrográficas. Em acréscimo, a equipe também desenvolveu um  
117 estudo de aderência das pautas dos Comitês de Bacias Hidrográficas aos Planos Diretores.

118 Professor Otávio Elísio sugere que o tema também poderia ser desenvolvido como  
119 capacitação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Breno destaca que a parceria com o  
120 HIDROEX visa capacitar os CBHs no sentido de ampliar a participação dos Conselheiros  
121 e a visão dos instrumentos de gestão, em especial dos Planos Diretores de Bacias. Como  
122 no último processo eleitoral houve uma renovação de aproximadamente 70 por cento das  
123 pessoas físicas (conselheiros), a expectativa é de que haja um maior envolvimento dos  
124 membros nas pautas. O Conselheiro Carlos Alberto afirma que o papel do CA IGAM é  
125 tratar das questões administrativas do IGAM. Quanto aos CBHs afirma que o mais bem  
126 “nascido” delés, tendo como suporte o Projeto Manuelzão, é o CBH VELHAS, que  
127 embora possua uma equipe de mobilização, não apresenta grandes ações na Bacia. Sugere  
128 a necessidade de apontar um objeto para a atuação dos CBHs. Afirma que não vislumbra o  
129 que deve ser feito em relação aos CBHs. A conselheira Sônia sugere que na próxima  
130 reunião do CA IGAM seja feita uma apresentação do Portal dos Comitês, o que foi  
131 acatado pelos presentes. O Conselheiro Antônio Eustáquio destaca que embora o CBH  
132 PARACATU tenha ficado 02 anos sem recursos do FHIDRO para a estruturação física do  
133 Comitê, foi o mais bem avaliado do Estado sob a ótica da DN CERH 41. Aponta  
134 preocupação quanto ao comprometimento dos conselheiros e uso indevido do CBH para  
135 atender a interesses pessoais. Afirma que quase a totalidade dos representantes dos CBHs  
136 nas URCs estão defendendo interesses próprios dos grupos que representam, em  
137 detrimento dos interesses coletivos ambientais. A Conselheira Sônia, como representante  
138 dos servidores do IGAM, informa o descontentamento em relação ao percentual total  
139 fixado pela SEPLAG para o cumprimento dos resultados finalísticos da 1ª etapa do acordo  
140 de Resultados, o que inviabiliza o sucesso no atingimento das metas. Patrícia Boson  
141 afirma que os indicadores de resultados do IGAM devem ser revisados, pois melhoria de  
142 IQA não se relaciona com as atividades próprias do IGAM. Sugere que seja dirigida  
143 recomendação do CA IGAM à SEPLAG para que reveja esses indicadores. Projeto  
144 Estratégico: 1º Subprojeto (Obra de ampliação de sistemas de coleta e tratamento de  
145 esgoto): A ETE PARÁ, no Município de Divinópolis, foi concluída em 31/03/2014. 2º  
146 Subprojeto (Projetos de Saneamento para Municípios fora da área da concessão da  
147 COPASA): Repasse à SEDRU para transferência à COPASA visando atender às  
148 localidades Inconfidentes, Cláudio, Antônio Dias, São Domingos do Prata, São Gonçalo  
149 do Rio Abaixo. 3º Subprojeto: Bacias com cobrança implementada. 4º Subprojeto:  
150 Implantação de Redes Hidrometeorológicas, tendo sido implantadas 11 delas. 5º  
151 Subprojeto: Fortalecimento Institucional: implementação de 6 unidades estratégicas  
152 previstas no PERH. Patrícia Boson pede esclarecimentos sobre a escolha das localidades e  
153 a pertinência dos subprojetos ao PERH. Lourdes e Isabella informam que a escolha teve  
154 como parâmetro as bacias com pior IQA à época, bem como a pertinência com o Projeto  
155 META 2010. **9) APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES 2015.**  
156 Marília inicia apresentação com a nova estrutura organizacional do IGAM, em  
157 decorrência da publicação do novo Decreto que regulamenta a Autarquia em 28/10.  
158 Destaca em relação ao orçamento os valores aplicados em custeio, que são em torno de 8

159 milhões, o que apresenta o real orçamento do IGAM. Aponta a necessidade de aumento  
160 do quantitativo no quadro de pessoal do IGAM. Como contexto geral é apresentado o  
161 estágio de implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos no Estado de  
162 Minas. Marília destaca os recursos financeiros que foram repassados para os CBHS,  
163 informando que no ano passado foi repassado o maior montante desde 2010, que somou o  
164 valor de R\$2.827.301,49. Este ano o valor é bem menor, visto que o repasse está  
165 sobrestado em alguns casos em razão da conclusão das prestações de contas dos  
166 convênios, bem como da escolha de novas entidades para receber recursos do FHIDRO  
167 em benefício dos CBHs. O Conselheiro Carlos Alberto questiona o número de bacias com  
168 cobrança implementada e destaca que como há muitas sem capacidade arrecadatória,  
169 muitos Comitês permanecerão dependentes dos recursos do FHIDRO para sua  
170 manutenção. Em relação ao quantitativo de outorgas concedidas, a conselheira Patricia  
171 Boson destaca o número de atos concedidos pelo IGAM até 2010 (3.443 ) e o número dos  
172 concedidos por 9 SUPRAMs (3.845) a partir de 2011. Marília informa que a  
173 recomposição dos quadros de pessoal com o concurso público e as operações padrão  
174 prejudicaram em alguns momentos o desenvolvimento de atividades das SUPRAMS neste  
175 ano de 2014. Marília informou que todas as 853 prefeituras do estado estão cadastradas  
176 para recebimentos de avisos meteorológicos. Ressaltou o lançamento do Portal Infohidro  
177 que traz uma compilação de todos os avanços da gestão de recursos hídricos. Informou,  
178 ainda, que o IGAM coordenou os sistemas SISCAD e SICOOB para fins de cadastro e  
179 cobrança. Discorreu sobre a finalidade e atual execução do Programa Águas do Norte e do  
180 Programa Água Doce, com os recursos previstos. Apresentou um histórico do Fhidro:  
181 projetos deferidos, indeferidos, conveniados, a conveniar. No tocante ao PROÁGUA,  
182 informou que já foi realizado 97 por cento das obras, destaque para a dificuldade da  
183 regularização fundiárias das localidades onde as obras foram executadas, sem a qual não é  
184 possível receber o último repasse de recursos para a conclusão do Programa. Marília  
185 apresenta os números relacionados aos autos de infração, informando que a previsão de  
186 término do passivo em dezembro de 2015. Carlos Alberto questiona o que significa  
187 processos arquivados. Marília explica que são processos com análise concluída, seja em  
188 razão da anulação dos autos de infração, seja em razão do pagamento da multa ou da  
189 regularização do autuado dentro do prazo de 90 dias. Patrícia Boson sugere que a  
190 expressão “arquivados” seja substituída por “conclusos” ou “com análise concluída”.  
191 Patrícia Boson recomenda que o Edital do FHIDRO seja direcionado para as  
192 ações/proponentes com maior capacidade de execução, de modo a evitar que os recursos  
193 do Fundo não permaneçam sem ser acessados. Marília apresenta o planejamento para  
194 2015, destacando dentre as ações, a contratação de empresa para a revisão do PDRH da  
195 Bacia do Rio Paraopeba, em parceria com a ANA; revisão dos relatórios de  
196 monitoramento quali-quantitativo hídricos por setores como agricultura, indústria,  
197 mineração e saneamento; implantação do sistema de alerta de seca em reservatórios de  
198 usos múltiplos no norte de Minas. Por fim, dentre os pontos de atenção é destacada a  
199 implementação das ações do PROGESTÃO até 2019, que foram pontualmente

200 apresentadas. Patricia Boson recomenda que seja revisada a estruturação das UPGRHS, à  
201 luz da Constituição Mineira, ou seja, por circunscrição hidrográfica e não por bacia  
202 hidrográfica, em consonância ainda com o PERH. Colocadas as matérias em votação,  
203 execução de atividades 2014 e planejamento 2015: aprovados com as recomendações  
204 propostas pelos conselheiros. O Conselheiro Carlos Alberto solicita a inversão de pauta.  
205 Acatada. **11) DELIBERAÇÃO SOBRE RECURSO DA AGB PEIXE VIVO**  
206 **CONTRA DECISÃO DA DIRETORIA-GERAL DO IGAM RELATIVO À GLOSA**  
207 **DE RECURSOS UTILIZADOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO 137101041410.**  
208 Maria Auxiliadora faz a contextualização do tema, apresentando o trâmite da análise da  
209 prestação de contas até a decisão da ordenadora de despesas pela glosa de determinados  
210 valores do convênio. Carlos Alberto solicita explicações sobre em que implicaria a glosa  
211 dos recursos. Maria Auxiliadora esclarece que a glosa implica na devolução de recursos.  
212 Célia Fróes inicia a explicação informando a natureza dos recursos bem como a  
213 destinação. Nesse sentido, o objeto do convênio era a estruturação física e operacional do  
214 CBH PARÁ. Destaca que os recursos foram utilizados para a mobilização na Bacia  
215 visando à implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos. Afirma que as  
216 prestações de contas (Maio 2012 a 2014) foram elaboradas em conformidade com as  
217 orientações da própria SEMAD. Para tanto, foi contratado um posto de combustível para  
218 fornecer o abastecimento dos veículos necessários para o deslocamento para as reuniões.  
219 Informa que em relação a parte dos recursos glosados a AGB PEIXE VIVO usou recursos  
220 próprios para custear as despesas do convênio, já que em razão do atraso no repasse dos  
221 recursos do convênio não havia recursos disponíveis para tanto. Regina Greco afirma que  
222 embora o convênio seja celebrado com a SEMAD, para fins que atendem à gestão de  
223 recursos hídricos, é a própria SEMAD que elabora e analisa a prestação de contas.  
224 Informa que os recursos não foram usados para pagamento de diárias de viagem, mas para  
225 pagamento de combustível no deslocamento necessário para a mobilização social  
226 pertinente à cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia. Solicita uma mudança  
227 interna na forma da análise da prestação de contas dos convênios. Informa que o CBH  
228 trabalha de forma séria e dedicada à causa da gestão de recursos hídricos e sente que o  
229 CBH está sendo penalizado por ser atuante na Bacia. Acrescenta ainda que o boleto para  
230 pagamento foi enviado para ser pago sem qualquer explicação da glosa. Ressalta que não  
231 houve má fé nem desvio de recursos, tendo sido todo aplicado para a execução e  
232 cumprimento do objeto do convênio. Marcelo, analista da equipe da DCC, inicia a  
233 apresentação explicando o objeto do Convênio. Na análise da prestação de contas o  
234 analista identificou a aplicação de recursos para combustível, tendo sido apresentados nos  
235 autos apenas os cupons fiscais. Ressalta ainda que não consta no processo as explicações  
236 sobre a necessidade de abastecimento dos veículos. Destaca que para sanear o processo  
237 foi acordado com a AGB PEIXE VIVO a apresentação da justificativa para o uso do  
238 veículo em atendimento às audiências públicas. No período referente às audiências, foram  
239 abastecidos 12 veículos diferentes. Boa parte dos veículos abastecidos são particulares,  
240 conforme placas listadas pela DCC. Em relação às audiências públicas (Pompéu,

241 Divinópolis e Passatempo), as datas de abastecimento não estão compatíveis com as datas  
242 das audiências públicas. Acrescenta que não há relatórios de viagens contemporâneos aos  
243 abastecimentos, de modo a justificar a necessidade do deslocamento. Quanto à  
244 justificativa para o uso de veículos, Marcelo destaca a tabela elaborada pela convenente  
245 para apontar os deslocamentos apontados. Como não é possível comprovar a relação entre  
246 a aplicação de recursos e a execução dos convênios o parecer da DCC é no sentido de se  
247 manter a glosa. Passada a palavra à Procuradora Chefe da Entidade, Renata informou que  
248 o pedido de reconsideração da decisão da ordenadora de despesas já teve manifestação  
249 jurídica pela improcedência. Explica que a análise foi feita com base no Decreto anterior e  
250 com base no Decreto atual; o decreto anterior já previa a necessidade de apresentação do  
251 relatório de viagens e algum tipo de documento no qual o dirigente da entidade  
252 convenente deveria autorizar previamente o gasto. Alertou aos conselheiros sobre a  
253 importância de se conseguir, através dos documentos, relacionar o nexo de causalidade  
254 entre a despesa realizada e o objeto do convênio, o que não foi possível aferir nem na  
255 primeira análise da prestação de contas, nem no pedido de reconsideração e, por fim, nem  
256 em sede de recurso. Renata informou que a todo momento a convenente alega que o  
257 Decreto de Diárias de Viagens não se aplicaria à AGB Peixe Vivo e nem ao CBH Pará.  
258 Informou sobre a improcedência desta alegação tendo em vista que os membros de comitê  
259 são, em sentido lato, agentes públicos. Em relação ao pedido de R\$ 2.597,77 Renata  
260 informou que essa matéria está preclusa, visto que a AGB admitiu ter usado outros  
261 recursos para custeio de despesa do convênio para, depois, solicitar o ressarcimento.  
262 Alerta aos conselheiros que não é possível, juridicamente, alegar tal matéria em sede  
263 recurso, já que há ofício da Peixe Vivo reconhecendo a improcedência do gasto e  
264 solicitando a emissão do DAE para devolução do valor indevidamente utilizado. Renata  
265 informou que a tempestividade não foi apreciada no momento do recurso, tendo em vista  
266 que o AR não estava no processo. Posteriormente o AR foi localizado e comprovada a  
267 tempestividade, motivo pelo qual o recurso pode ser conhecido pelo Conselho. Por fim,  
268 informou aos conselheiros que o parecer da procuradoria é pelo indeferimento do recurso  
269 e manutenção da glosa. Patrícia Boson pediu vista do processo e vai solicita avaliação de  
270 escritório de advocacia; pediu avaliação de acórdão do Supremo Tribunal de Justiça sobre  
271 o sistema "S" através do qual não é necessário que aquele Sistema tenha que agir como se  
272 fosse ente público. Ressalta que não há sistema que se sustente com essa burocratização.  
273 Os conselheiros Carlos Alberto e Antônio Eustáquio pediram vista em conjunto. A  
274 matéria foi sobrestada. **10) APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO.** Maria  
275 Auxiliadora informou que o Regimento Interno foi publicado na forma de Deliberação nº  
276 01, em 18/12/2014. Relatou, ainda, que o Regimento segue, guardadas as devidas  
277 proporções, o Regimento interno do CERH e que o processo foi analisado pela  
278 Procuradoria do Igam não havendo ressalvas jurídicas. Passado em revista os artigos,  
279 houve sugestão de alteração do artigo 15, no que diz respeito ao prazo para a apresentação  
280 do parecer de vista. O artigo 15 passará a vigorar com a seguinte redação: Art.15. Antes  
281 do encerramento da discussão da matéria, será concedida vista ao conselheiro que a

282 solicitar, cumprindo-lhe apresentar seu parecer no prazo de até 60 (sessenta) dias. O  
283 Gabinete do IGAM irá disponibilizar os pareceres técnico e jurídico apresentados nesta  
284 reunião. Os demais documentos do processo referente ao Convênio AGB PEIXE VIVO-  
285 CBH PARÁ permanecerão à disposição dos Conselheiros que solicitaram a vista, para  
286 consulta junto à Diretoria de Convênios e Contratos da SEMAD. Posto em votação, o  
287 regimento foi aprovado com a alteração sugerida. **12) ASSUNTOS GERAIS.** Sônia  
288 registra a esperança na criação da Agência (AGEMIG), agradecendo o apoio do Secretário  
289 Alceu, da conselheira Patricia Boson e da Marília. **ENCERRAMENTO.** Não havendo  
290 outros assuntos a serem tratados, a Diretora-Geral do Igam, Marília Carvalho de Melo,  
291 declarou encerrada a sessão, às 12h53 da qual foi lavrada esta ata. Belo Horizonte, vinte e  
292 três de dezembro de 2014.

---

293

294

---

295 Alceu José Torres Marques – Presidente do Conselho de Administração do IGAM